

POVOS E TRADIÇÕES: UMA JORNADA DE SABERES A PERCORRER

Edgar Mário Vilasanti Torres¹, Camilly Vitória Ferreira Benitez²,

Clarissa Gomes Pinheiro de Sá³, Germano Coelho Ramos Rocha da Silva⁴

Instituição Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Campo Grande - MS

edgar.torres@estudante.ifms.edu.br¹, camilly.benitez@estudante.ifms.edu.br²,
clarissa.sa@ifms.edu.br³, germanoconsneo@gmail.com⁴

Área/Subárea: Multidisciplinar

Tipo de Pesquisa: Científica

Palavras-chave: Identidade cultural. Patrimônio Imaterial. Diversidade étnica. ODS.

Introdução

O Estado de Mato Grosso do Sul é lar de expressiva população indígena, com cerca de 116.346 pessoas, o que corresponde a 4,22% da população total, segundo dados de 2022 do IBGE (terceiro maior estado em população indígena). As oito etnias indígenas que habitam o estado — Atikum, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Guató, Kinikinau, Kadiwéu, Ofayé-Xavante e Terena (FUNAI Coordenação Regional Campo Grande/MS) — desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural da região. A presença desses povos não se reflete apenas nas raízes históricas, mas também em suas contribuições constantes para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Mato Grosso do Sul.

A população do Estado cresceu 51% no período de 2010 a 2022. O levantamento do IBGE mostrou ainda que os 79 municípios de Mato Grosso do Sul apresentaram presença de indígenas e 62 cidades tiveram aumento da população indígena (2010 e 2022). As cinco cidades com maior população são: Campo Grande, Dourados, Amambai, Aquidauana e Miranda. Destes, Campo Grande é a cidade com a maior população indígena: 18.439 pessoas. Em Dourados, são 12.054 pessoas. Amambai tem 9.988, Aquidauana 9.428 e Miranda 8.866. Ressalta-se portanto, que a maior população do Mato Grosso do Sul encontra-se na Capital do Estado, em ambiente urbano.

A Lei nº 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade de estudos sobre a história e a cultura indígena nos currículos escolares, foi um marco importante para valorizar e reconhecer a diversidade cultural do Brasil. Porém, ainda há muito a ser feito para que essa legislação seja efetivamente colocada em prática nas escolas e universidades, promovendo o verdadeiro reconhecimento e valorização dos povos indígenas em nosso cotidiano.

A participação de indígenas nas Escolas e Universidades brasileiras refletem as políticas públicas insuficientes voltadas para essa população pelo Estado brasileiro, em âmbito Federal, Municipal e Estadual. Exemplo, é o recorte das 178,3 mil escolas de ensino básico, 3.541 (1,9%) estão localizadas em

terra indígena — ministram conteúdos específicos e diferenciados, de acordo com aspectos etnoculturais — e 3.597 (2%) oferecem educação indígena, por meio das redes de ensino.

Ao levantarmos dados com o *Central de Relacionamento do Campus Campo Grande*, verificamos o número de vinte indígenas matriculados no Campus, incluindo curso de idiomas, ensino médio e pós-graduação, o que, não reflete proporcionalidade ao percentual de indígenas na população do Estado, e do Município.

Em consonância com essa legislação, e a expressividade da população indígena no estado de Mato Grosso do Sul, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), no Campus Campo Grande, vem se esforçando para integrar as vozes e contribuições dos povos indígenas dentro do ambiente acadêmico. Suas ações dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente no que tange à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção da paz e da prosperidade para todos.

Neste sentido, a Educação é instrumento de inclusão para a população indígena em aspectos sociais e econômicos, mitigando preconceitos sociais que hoje não identificam as habilidades dos povos originários à promoção da sustentabilidade e proteção ao meio ambiente. Portanto, quanto maior o engajamento dos povos indígenas no ambiente Escola, Universidade, mais troca de conhecimentos sobre diversidade, biomas, plantas e seus usos, agricultura e cultivo sustentável, e pacificação social de conflitos por terra teremos, vindo de encontro aos princípios gerais das ODS, principalmente em um Estado com as características étnicas do Mato Grosso do Sul.

Essas iniciativas reforçam o compromisso de integrar os povos indígenas aos processos de desenvolvimento sustentável. Os povos indígenas, como os Kadiwéu e outras etnias que habitam o Pantanal, enfrentam grandes desafios devido às queimadas recorrentes na região. O Pantanal, sendo um dos maiores biomas úmidos do mundo, tem sido duramente atingido por

APOIO



REALIZAÇÃO



incêndios nos últimos anos, e esses eventos têm impactos profundos sobre as populações indígenas que ali vivem. Mais do que cumprir metas globais, essas iniciativas nos lembram que não pode haver desenvolvimento pleno sem a inclusão e valorização daqueles que são parte essencial da história, da cultura e da identidade do nosso país.

Este projeto, justifica-se pela necessidade de soluções para a implementação da Lei nº 11.645/2008 e o cumprimento da Agenda 2030, com foco especial na promoção da identidade indígena. A proposta inclui o desenvolvimento de ações que valorizem a história, a cultura e os conhecimentos tradicionais dos povos originários. Além disso, busca-se estabelecer parcerias com organizações que atuam na defesa dos direitos indígenas e promover um diálogo contínuo com a comunidade escolar para investigar a representatividade dos estudantes indígenas no ambiente acadêmico.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o intuito de embasar o estudo sobre a importância da educação para a diversidade cultural, à luz da Lei 11.645/2008 e da Agenda 2030. A pesquisa incluiu análises que discutem como essa legislação contribui para a valorização das culturas afro-brasileira e indígena no ambiente escolar, promovendo uma educação antirracista e inclusiva.

Posteriormente, planejamos e executamos algumas atividades, destacam-se visitas ao Museu das Culturas Dom Bosco, ao Memorial da Cultura Indígena, a Aldeia Urbana Marçal de Souza. Nesses locais, os estudantes puderam vivenciar a riqueza cultural dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Essas experiências práticas, aliadas a debates promovidos por exposições de Mostras de Cinema, têm contribuído para uma reflexão crítica sobre a importância da diversidade cultural no contexto escolar e para a construção de uma educação mais inclusiva e plural.

Resultados e Análise

Os resultados obtidos com as atividades desenvolvidas demonstram um impacto positivo. Os estudantes puderam relacionar temas históricos, geográficos e sociais com as vivências práticas, enriquecendo seu aprendizado de maneira interdisciplinar.

Após a visita ao Museu das Culturas Dom Bosco, foi aplicado um questionário com algumas questões sobre a experiência vivenciada. Quando questionados se tinham conhecimento prévio sobre o Museu, mais da metade dos estudantes (53,1%) responderam que não. O que ressalta a importância de iniciativas que promovam o conhecimento sobre espaços culturais.

No Memorial da Cultura Indígena fomos recebidos pelas artesãs que proporcionaram um ambiente de aprendizado colaborativo e respeitoso ao compartilhar seus conhecimentos e práticas culturais, provocando o desejo pelo retorno.

Busca-se obter resultados que promovam tanto a reflexão crítica e social quanto a participação ativa da comunidade escolar. Através de atividades variadas, a organização de debates sobre temas relevantes, como a importância dos conhecimentos tradicionais para a sustentabilidade, os direitos dos povos originários e os impactos das políticas públicas sobre essas comunidades. Assim como, convidar especialistas, líderes indígenas e representantes de comunidades tradicionais para compartilhar suas experiências e conhecimentos.

Considerações Finais

Estamos no início da jornada de saberes para conhecer sobre as tradições, culturas, saberes e fazeres dos povos originários. O objetivo de propor ações que promovam a valorização da identidade indígena no âmbito do IFMS/Campus Campo Grande, está em processo. Concordamos com Krenak (2019) que "A cultura indígena não é algo do passado, ela é uma força viva que precisa ser reconhecida e respeitada no presente." Ao percorrermos esta jornada de saberes, reconhecemos, respeitamos e protegemos os conhecimentos tradicionais.

Com base em pesquisa bibliográfica e análise documental, buscamos desenvolver intervenções que apoiem a construção de conhecimento, a desconstrução de estereótipos e a criação coletiva de saberes. Essas intervenções visam fomentar debates e implementar ações concretas que estejam em sintonia com a Agenda 2030 da ONU.

Consoante a manifestação de Krenak, entendemos que "A luta indígena é uma luta por justiça, por respeito à nossa forma de viver e à nossa conexão com a terra. É uma luta que deve ser abraçada por todos aqueles que buscam um mundo mais equilibrado e justo."

Referências

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: resumo Técnico. Brasília, 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. Companhia das Letras, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1. Nova York: ONU, 2015.